

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

TAMARA RAÍSA BUBANZ SILVA

**A REDE ECOVIDA E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO NÚCLEO
MISSÕES / RS**

Três de Maio

2013

TAMARA RAÍSA BUBANZ SILVA

**A REDE ECOVIDA E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO NÚCLEO
MISSÕES/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida

Coorientador: Tutor Msc Livio Sergio Dias
Claudino

Três de Maio

2013

TAMARA RAÍSA BUBANZ SILVA

**A REDE ECOVIDA E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO NÚCLEO
MISSÕES/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 16 de julho de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida - orientador

Prof.(a). Dr. Marlise Amália Reinehr Dal Forno

Prof. Dr. Fábio Kessler Dal Soglio

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família que de forma incansável me deu apoio em todos os momentos, nas idas e vindas de Porto Alegre a Santa Rosa e de Santa Rosa a Três de Maio, principalmente à “dona Sandra”, minha mãe, que em todas as idas e “fridas” era motivo para comemoração, ao Jorge, meu pai e Luis, meu irmão.

A todo PLAGEDER, desde colegas, tutores e professores que de forma exemplar, me mostraram um mundo totalmente novo de conhecimentos e experiências. Ao pessoal do Polo Federal de Três de Maio sem o qual este trabalho não seria possível.

Meu agradecimento especial ao orientador Prof. Dr. Jalcione Almeida, pela dedicação, apoio e orientação para realização deste trabalho.

Agradeço também ao tutor MSc. Livio Sergio Dias Claudino, pelas correções e dicas para o melhoramento deste trabalho, desde a versão inicial até a final.

À UFRGS, que me proporcionou um ensino público e de qualidade, sem o qual não teria conseguido chegar até a sua conclusão.

Aos colegas e amigos do trabalho, que me incentivaram e auxiliaram nas horas difíceis, em especial à Greice, Cynara, Potira, Janquiel, Luna, Carlos e Jeferson.

Ao pessoal da AREDE, que prontamente me ajudaram na realização da pesquisa de campo e entrevistas, em especial à Fabiane Bender que me acompanhou nas visitas às propriedades.

Também a todos os agricultores que me receberam em suas propriedades e responderam às perguntas e que ajudaram na realização do trabalho.

Agradeço aos amigos da capital, MSc Karen Lose (orientadora do estágio 2), Juliano, Daniel, Tabata, Rodrigo pela amizade e companheirismo.

Aos meus tios Mirian e Helio, que me receberam em Porto Alegre de braços abertos, as minhas primas Mariana e Manoela, à minha avó Cacilda.

E, por último, mas não menos importante ao meu companheiro e amigo Tomaz Fantin de Souza, que me deu suporte emocional em todas as horas, orientações e paciência.

“O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um 'penso', há um 'pensamos'. É o pensamos que estabelece o penso e não o contrário. Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isso mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediador da comunicação” (FREIRE, 1983, p. 45).

RESUMO

A agricultura ecológica parte de uma perspectiva onde a unidade de produção agrícola é encarada como um organismo que depende fundamentalmente da fertilidade do solo e da saúde das plantas. A principal preocupação dos agricultores ecológicos é manter a fertilidade natural do solo de modo que sua produção seja indefinidamente sustentável. Um tema muito importante dentro da agroecologia é a *certificação*, uma garantia da qualidade do produto. Esta pode ser feita por meio de auditorias externas ou de forma participativa, realizada de modo solidário na geração de credibilidade, em rede que articule o produtor e o consumidor. Neste contexto, o presente estudo foi realizado com o objetivo de identificar e analisar o processo participativo de certificação de agricultores agroecológicos na região Missões/RS, organizados por intermédio da *Rede Ecovida*. Para tanto, estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa: quais os fatores que impedem o processo de certificação participativa no Núcleo Missões da Rede Ecovida e quais os passos que o Núcleo necessita dar para concretizá-la? Para responder a estas questões e atingir o objetivo proposto, utilizou-se como método de pesquisa o estudo de caso. Por meio deste, os dados foram coletados em entrevistas aplicadas a dez atores sociais, sendo três articuladores e sete agricultores familiares da Rede Ecovida no Núcleo Missões/RS. Como principais resultados alcançados neste estudo têm-se a desarticulação do Núcleo Missões com a organização Ecovida, a percepção por parte dos agricultores que os cultivos com agrotóxicos são mais lucrativos, a falta de assistência técnica permanente e continuada em agricultura agroecológica e a necessidade da ação local para formalizar um grupo que inicie o processo de certificação participativa. Conclui-se, assim, que a produção com os princípios ecológicos possibilita a diversificação dos alimentos, segurança alimentar e nutricional, e pode ser uma alternativa economicamente viável. A transição necessita de apoio por meio de políticas públicas acessíveis que garantam a assistência técnica, o incentivo à produção e à garantia da qualidade, que pode ser alcançada pela certificação participativa.

Palavras-chave: Agroecologia, Certificação Participativa, Organização em Rede, Rede Ecovida.

ABSTRACT

Ecological agriculture is a vision in which agricultural property is an organism that depends on soil fertility and plant health. The main concern of ecological farmers is keeping the soil fertility so that their production is sustainable indefinitely. A very important topic concerning agroecology is the certification, a guarantee of production quality. Certification can be done through external auditorship or in a participatory way, linking the producer and the consumer. In this context, the present study was carried out to analyzing and identifying the participatory certifying of agroecological farmers in the region Noroeste/RS, affiliates to the Rede Ecovida. Therefore, this research brings the following question to answer the objectives of this work: "which factors prevent the participatory certifying to Rede Ecovida Núcleo Missões and what goals need to be achieved?" To answer these questions and to achieve the proposed objectives was used as a method of case study research. Through this, the data were collected through interviews applied to ten social actors affiliated to Rede Ecovida Núcleo Missões. The main results arising from this study have been: the belief of part of farmers that conventional agriculture is more profitable, the lack of technical assistance and financial supporting. We conclude, therefore, that ecological agriculture allows the diversifying production, food and nutritional security, and It can be an economically viable alternative. However, the transition needs supports through public policies that ensure technical assistance, encouraging the production and quality assurance, which can be achieved by participatory certification.

Keywords: Ecological Agriculture, Participatory Certifying, Organization Network, Rede Ecovida.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. SELO ECOVIDA	20
FIGURA 2. LOGOMARCA ECOVIDA	20
FIGURA 3. NÚCLEOS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA.	24
FIGURA 4. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS REGIÕES FRONTEIRA NOROESTE E MISSÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.	32
FIGURA 5. 5º ENCONTRO AMPLIADO REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA EM JULHO DE 2005.....	34
FIGURA 6. ENTIDADES DE APOIO NÚCLEO MISSÕES	36
FIGURA 7. LANÇAMENTO 3º FEIRA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGROECOLOGIA/ECOSOL.....	39

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. OBTENÇÃO DO SELO ECOVIDA	19
QUADRO 2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS NÚCLEOS REGIONAIS	26
QUADRO 3. CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO NÚCLEO MISSÕES.	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AREDE - Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa

CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares

COOPACEL - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Cerro Largo Ltda

COOPASC - Cooperativa dos Produtores de Santo Cristo Ltda

COOPAX - Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Porto Xavier Ltda

COOPERAÉ - Cooperativa Agroecológica Cândido Godói

COOPERIPÊ - Cooperativa da Agricultura e Agroindústria Familiar IPÊ de São Paulo das Missões

COOPERBUTIÁ - Cooperativa dos Produtores de São Pedro do Butiá Ltda

COOPERLUZ - Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento

COOPERTERESA - Cooperativa Canavieira Santa Teresa Ltda de Campina das Missões

COOPOVEC - Cooperativa dos Produtores de Porto Vera Cruz Ltda

COOPRAL - cooperativa dos produtores de alecrim

IN - Instrução Normativa

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONG - Organização Não Governamental

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

UNICOOPER - Cooperativa Central das Cooperativas da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
2.1 Certificação Participativa da Rede Ecovida	16
2.2 Formação, Integração e Objetivos da Rede Ecovida	22
2.2.1 Estrutura e Funcionamento dos Núcleos Regionais	25
2.3 Agroecologia e Desenvolvimento Rural.....	27
3 METODOLOGIA.....	30
4 NÚCLEO MISSÕES DA REDE ECOVIDA	32
4.1 Os Articuladores do Núcleo Missões.....	33
4.2 As Entidades de Apoio	36
4.3 As Atividades Desenvolvidas no Núcleo Missões	38
4.4 A Certificação por Auditoria no Núcleo Missões	40
5. AGRICULTORES FAMILIARES DO NÚCLEO MISSÕES	42
5.1 Agricultor Orgânico Certificado por Auditoria	45
5.2 Os Agricultores Aptos à Certificação Participativa	46
5.3 Os Agricultores em Transição Agroecológica.....	47
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA ARTICULADORES DA REDE ECOVIDA	58
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS	59
APÊNDICE C–TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO.....	61

1 INTRODUÇÃO

A agricultura abrange muitos atores sociais, que direta ou indiretamente estão envolvidos com o mundo rural. O foco desta pesquisa científica são os agricultores familiares¹ agroecológicos, que fazem parte do Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia. A região na qual o Núcleo faz parte é caracterizada por forte presença de pequenas unidades de produção agrícola caracterizadas por agricultura familiar, que produzem de forma diversificada, mas ao mesmo tempo, sofrendo uma forte influência da monocultura da soja, que é fortemente presente em pequenas, médias e grandes propriedades rurais.

Os monocultivos trouxeram para a região do Núcleo Missões o uso abusivo de agrotóxicos e sementes transgênicas, acarretando grande perda da biodiversidade. A partir do avanço dos pacotes tecnológicos, um grupo de atores sociais busca o desenvolvimento rural sustentável através da agroecologia.

Segundo Guzmán (2001), o conceito de desenvolvimento rural,

amparado nos princípios da Agroecologia, baseia no descobrimento e na sistematização, análise e potencialização dos elementos de resistência locais frente ao processo de modernização, para, através deles, desenhar, de forma participativa, estratégias de desenvolvimento definidas a partir da própria identidade local do etnoecossistema concreto em que se inserem (GUZMÁN, 2001, p 36).

A resistência e luta de diversos movimentos sociais, em períodos distintos, devido à exploração social, à necessidade de reforma agrária ou da garantia de direitos trabalhistas, moveu diversas pessoas por objetivos e sonhos em comum. O movimento ecológico é um deles, que busca construir uma relação mais sustentável entre agricultores e a natureza, o sonhado desenvolvimento rural sustentável.

Segundo Kageyama (2008),

O desenvolvimento rural, por sua vez, não é identificado como crescimento econômico, mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões:

¹ A definição de agricultura familiar é segundo a Lei Federal N° 11.326, de 24 de julho de 2006, que considera o agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural atendendo os seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III- tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão política-institucional e dimensão ambiental (KAGEYAMA, 2008, p. 56).

A dimensão ambiental, como indicador de sustentabilidade ambiental, para a expressão desenvolvimento sustentável, significa “aquele capaz de preservar os recursos necessários às gerações vindouras” (FAVARETO, 2006 *apud* KAGEYAMA, 2008, p. 56).

Segundo Lutzenberger (1985), o agricultor tradicional, de cultura camponesa, seguia métodos milenares, representando o equilíbrio sustentável com o ambiente natural, e cultivava variedades adaptadas às condições locais. A agricultura ecológica não significa uma volta ao passado, muito pelo contrário, significa um passo importante para frente, casando os conhecimentos milenares ao conhecimento científico. Contribuindo sempre para a fertilidade do solo que fundamentalmente depende de sua microvida.

Diversos agricultores familiares, camponeses, extensionistas rurais, pesquisadores, cooperativas, agroindústrias e muitos outros, preocupados com o desenvolvimento rural sustentável na região. Que compreende o Corede Fronteira Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul, organizados em rede, criaram o Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia.

A criação da Rede Ecovida partiu da construção alternativa ao modelo de agricultura implantada através da Revolução Verde, que modificou significativamente a agricultura mundial, através do aumento de máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes híbridas, artificializando o processo de produção de alimentos, com a intenção de solucionar o problema da fome, aumentando a produtividade (SANTOS, 2005).

Os objetivos da Rede Ecovida são de desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; proporcionar espaços de formação e educação; fomentar o intercâmbio e a valorização dos saberes populares; organizar a rede sem hierarquias; reconhecer os grupos de agricultores e suas famílias; aproximar de forma solidária setores urbanos e rurais; construir e articular políticas públicas afins; consolidar a soberania e a segurança alimentar e fortalecer formas de cooperação e associativismo (ECOVIDA, 2007).

Entre os vários objetivos da Rede, um deles é a certificação participativa, uma nova metodologia de certificação, construída a partir da geração de credibilidade resultante da formação contínua em agroecologia e da aproximação entre agricultores familiares agroecológicos e consumidores (ECOVIDA, 2004). O debate sobre a certificação, ou seja, o selo de qualidade do produto agroecológico, aconteceu em paralelo à criação da Rede

Ecovida. Várias discussões foram realizadas para que hoje grupos formados por agricultores familiares agroecológicos, ONGs, consumidores, comerciantes de alimentos ecológicos e pessoas comprometidas com a agroecologia possam realizar a certificação participativa.

No Núcleo Missões as experiências de certificação que existem atualmente são somente realizadas por auditoria nas culturas de soja, milho e trigo. O debate sobre agroecologia enfrenta limitações, e as discussões entre extensionistas e agricultores ainda é orientada para que haja a substituição de insumos, do químico para o orgânico em apenas algumas cultivares, o que é um avanço, no entanto o debate de fundo, que seria a visão da propriedade enquanto um organismo vivo e integrado enfrenta resistência por parte dos agricultores familiares.

Este Núcleo é caracterizado por forte presença de pequenas unidades de produção agrícola, que dependem economicamente dos mercados institucionais e feiras do produtor. A certificação participativa é aguardada por muitos integrantes do Núcleo desde a sua criação. Neste sentido, nesse trabalho de pesquisa, queremos saber, quais os fatores que impedem o processo de certificação participativa no Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia e quais os passos que o Núcleo necessita para realizá-la?

Para o atendimento desta questão, definiu-se como objetivo geral, descrever o Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia. Os objetivos específicos foram: (a) contextualizar o papel da Rede Ecovida no Núcleo Missões, (b) verificar a certificação participativa e como ocorre o processo e (c) identificar os fatores que limitam a implantação da certificação participativa e sugerir caminhos para a sua construção.

Para responder à questão problema e atingir os objetivos a que este estudo se propõe, bem como dar sustentação teórica à pesquisa de campo, primeiramente realizou-se uma revisão bibliográfica. A partir de ideias de diversos autores e da leitura variada, que abordam temas referentes à certificação participativa da Rede Ecovida, construção de rede e agroecologia.

Após a construção do aporte teórico da pesquisa, definiram-se métodos para a execução do estudo de caso, abordando o problema de forma qualitativa por meio de pesquisa exploratória. Como instrumento para coleta de dados primários utilizou-se entrevista com roteiro estruturado, com questões pertinentes a pesquisa, aplicados a dez integrantes do núcleo Missões, sendo três articuladores e sete agricultores familiares, das cidades de Giruá, Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz.

Este trabalho apresenta um capítulo introdutório seguido da referência bibliográfica na qual abordou-se: certificação participativa da Rede Ecovida; formação, integração e objetivos da Rede Ecovida e; agroecologia e desenvolvimento rural. Após, apresenta-se o terceiro capítulo da metodologia de trabalho utilizada; no capítulo quatro e quinto apresentam-se e discutam-se os resultados desta pesquisa, baseadas nas respostas obtidas dos entrevistados e no referencial. E, por fim, no sexto capítulo, apresentam-se os resultados gerais do trabalho e suas conclusões.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Certificação Participativa da Rede Ecovida

A certificação participativa dos produtos agroecológicos realizada pela Rede Ecovida de Agroecologia, não foi pensada por um único grupo, foi fruto da luta dos movimentos sociais ecológicos e a afirmação de que existem diferenças, entre a realização da certificação por apenas uma pessoa externa, certificação por auditoria, e o conjunto de atores sociais, que realizam a certificação participativa.

Para a Ecovida (2004),

ao contrário do que muitos pensam de que a certificação teve origem por exigência do mercado ou por imposição governamental, ela teve início no princípio do século XX na França, onde pequenos produtores de vinho pretendiam diferenciar suas bebidas daquelas produzidas em maior escala através de processos industriais. Assim, criaram critérios que hoje são parte da certificação de produto conhecidas como Marcas de Conformidade. Podemos citar: Denominação de Origem Controlada (DOC), Indicação Geográfica Protegida (IGP), Produto Orgânico, etc (ECOVIDA, 2004, p. 8).

A certificação orgânica obedece a duas lógicas no Brasil, uma de formato burocrático, identificada com organizações e institutos que emitem certificados, por terceiros que são neutros às propriedades rurais avaliadas. A outra em formato horizontal e identificada às associações de agricultores agroecológicos e ONGs ligadas ao meio rural.

Segundo ABNT (2007 *apud* Cesar *et al.* 2008), define certificação como,

o conjunto de atividades desenvolvidas por um organismo independente da relação comercial, com o objetivo de atestar publicamente, por escrito, que determinado produto, processo ou serviço está em conformidade com os requisitos especificados. Esses requisitos podem ser: nacionais, estrangeiros ou internacionais (ABNT, 2007 *apud* CESAR *et al.* 2008, p.380).

Segundo INMETRO (2007 *apud* CESAR *et al.* 2008, p.380) na certificação a “avaliação de conformidade” consiste em um “processo sistematizado, com regras pré-definidas, devidamente acompanhadas e avaliadas, de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um produto, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atende a requisitos pré-estabelecidos em normas ou regulamentos”.

A certificação de produtos de qualidade diferenciada e que exista uma regulamentação oficial, constitui uma delegação de poderes do Estado e uma terceira parte que executa um conjunto de tarefas e atribuições. Na certificação orgânica o organismo certificador tem a função de desenhar um método, que minimize o risco à fraude em um mercado de “bens de crença” (MEDAETS; MEDEIROS, 2004).

Segundo Organicsnet (2013), as certificadoras cadastradas no MAPA, até julho de 2012, autorizadas a atuar no Brasil são: ECOCERT Brasil, IBD – Instituto Biodinâmico, IMO – Instituto de Mercado Ecológico, IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária, TECPAR Cert – Instituto de Tecnologia do Paraná, OIA – Organização Internacional Agropecuária, OIA Brasil – Agricontrol, Instituto CHÃO VIVO, INT – Instituto Nacional de Tecnologia.

Os Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade – OPA cadastrados no MAPA são: ABIO – Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, ABD- Associação Biodinâmica, ANC – Associação de Agricultura Natural de Campinas e ECOVIDA – Rede Ecovida de Agroecologia.

Segundo Cesar *et al.* (2008), o processo de certificação afeta a forma como os agentes econômicos se organizam e coordenam as atividades dentro da cadeia produtiva, para isso deve haver um processo eficaz e a adoção de comportamento cooperativo entre as partes que trabalham para alcançar um objetivo em comum.

A Rede Ecovida vem desenvolvendo seu trabalho na intenção de construir um processo de certificação chamado de “participativo em rede” que contrapõem ao modelo realizado por auditoria de inspeção externa (ABREU; SANTOS, 2004). E um dos objetivos da certificação são a “construção da geração de credibilidade compartilhada e avaliação da conformidade participativa e sob controle social” (ECOVIDA, 2007, p. 14).

Segundo Santos (2005), o debate sobre o marco legal brasileiro dos orgânicos inicia-se a partir de 1994, influenciado pela ECO 92², com interesse crescente do setor exportador de orgânicos e a aprovação da legislação européia. Em paralelo ao debate nacional acontecia em 1998 no estado de Santa Catarina, forte pressão por parte de órgãos públicos para criação de um comitê, que monopolizaria o processo de certificação. O fato acarretou em forte

² ECO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro/Brasil, com objetivo dos chefes de Estados discutirem os problemas ambientais e realizar acordos para amenizar tais problemas. Em paralelo foi realizado pelas ONGs a Conferência da Sociedade Civil sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde foi aprovada a Carta da Terra.

mobilização dos agricultores ecológicos, que começaram a colocar em prática a ideia da constituição da “rede de certificação participativa” (BARBAN, 2010).

Com as discussões do movimento dos orgânicos brasileiro e a crescente exportação no ano de 1999, o MAPA lança a Instrução Normativa Nº 7, de 17 de maio de 1999, estabelecendo no Art. 1º “normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem animal e vegetal”.

A certificação conforme Santos (2005), sempre foi o calcanhar de Aquiles no debate acerca da regulamentação. Após um longo processo de discussão com a sociedade civil e órgãos públicos, através do Grupo de Agricultura Orgânica (GAO), se propôs a construção do marco legal da agricultura orgânica na retomada da defesa das iniciativas de pequena produção, organização e certificação participativa em rede do Brasil.

A regulamentação da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõem sobre agricultura orgânica e dá outras providências, através do Decreto Nº 6.323, de 27 de Dezembro de 2007, no Art. 2º inciso XV considera Sistemas de Certificação o “conjunto de regras e procedimentos adotados por uma entidade certificadora, que, por meio de auditoria, avalia a conformidade de um produto, processo ou serviço, objetivando a sua certificação”.

Já no inciso XVI (Decreto Nº 6.323, de 27 de Dezembro de 2007), considera Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica o “conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de um produto, processo ou serviço que atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa”.

Fruto da conjuntura do debate a cerca do mercado dos orgânicos, criação e regulamentação da lei brasileira, reconhecimento do trabalho dos pequenos produtores ecológicos, a Rede Ecovida desenvolveu o seu “manual”. Foi desenvolvido o “Caderno de Formação Certificação Participativa de Produtos Ecológicos” no ano de 2004, que de forma didática, explica os passos de como devem ser seguidos para adquirir o Selo Ecovida.

Segundo a Rede Ecovida (2004), a certificação participativa apresenta algumas características próprias que a diferencia da certificação por auditoria tais como: Confiança, participação, descentralização, organização de base, formação de rede, transparência, olhar externo, adequação a pequena produção e processo pedagógico.

A Rede adotou um selo próprio de avaliação, que assume uma marca/selo, que transpareça a identidade que a Rede se propõe, caracterizado como um símbolo. De acordo com Howard; Allen (2006 *apud* Radomsky, 2010), os selos informam aos consumidores a respeito de características invisíveis aos consumidores (uso de mão de obra e venenos etc.), os selos podem servir de mecanismos para implementação de políticas públicas, como redução de pesticidas e também os selos podem favorecer os nichos de mercado acarretando em crescimento das vendas para produtos e processos ecológicos.

Segundo Radomsky (2010), os selos não são adquiridos após uma simples auditoria, é preciso participar de trabalhos de capacitação, ser coresponsável das atividades, ser solidário, ter respeito às diferentes culturas e ver na agroecologia um modo/estilo de vida.

Para obtenção do Selo Ecovida devem ser seguidos alguns passos estabelecidos através da Rede, que são apresentados no Quadro 1. Obtenção do Selo Ecovida.

Quadro 1. Procedimentos para obtenção do Selo Ecovida

PASSOS	INFORMAÇÕES
Integrar-se a Rede Ecovida.	A adesão ocorre através do Núcleo Regional.
Solicitar a Certificação ao Núcleo Regional.	Para viabilizar a certificação, o Núcleo Regional deve estar formado e com seu Conselho de Ética em funcionamento.
Preencher o Formulário para Requerimento da Certificação.	Para cada unidade produtiva é preenchido um formulário. O Núcleo ou a Rede pode solicitar outros documentos.
Encaminhar ao Conselho de Ética do Núcleo.	
Análise dos formulários pelo Conselho de Ética.	Após análise, o Conselho de Ética poderá solicitar mais informações antes da visita.
Visita à propriedade ou agroindústria.	O número de propriedades a serem visitadas fica a critério do Núcleo, devendo ser representativo à realidade do grupo. Sua escolha é de acordo com a necessidade observada pelo Conselho de Ética na análise dos formulários ou por sorteio.
Parecer do Conselho de Ética.	O parecer pode ser de aprovação ou de rejeição. Em ambos os casos, sugere-se que o Conselho de Ética aponte as melhorias necessárias na propriedade ou agroindústria.
Aprovação da certificação pelo Núcleo Regional.	Com base no trabalho do Conselho de Ética, o Núcleo aprova a certificação e autoriza o uso do selo. O Núcleo também poderá emitir diplomas, atestados ou declarações para os membros certificados.

Fonte: Caderno de Formação Certificação Participativa de Produtos Ecológicos, 2004.

O Selo (FIGURA 1) é o certificado para o consumidor que o produto faz parte da Rede Ecovida e passou pelo processo de certificação participativa, e seu uso é restrito aos produtos ecológicos. Mas não deve ser confundido com a logomarca (FIGURA 2), que simboliza a Rede e que pode ser utilizado por todos os membros em camisetas, bonés e publicações.



Figura 1. Selo Ecovida



Figura 2. Logomarca Ecovida

A Associação Ecovida de Certificação Participativa, que está voltada para a certificação e disponibilização do Selo, passou longos anos sem desempenhar suas atividades, em face de não exigência do selo para dinâmicas de comercialização local e regional e resistência de muitos membros da Rede ao selo. Apenas em 2010, a Associação foi credenciada como Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC), nos dias 30 de novembro a 2 de dezembro de 2010 o MAPA realizou auditoria na Associação Ecovida e reconheceu sua capacidade de afirmar a qualidade ecológica dos produtos e das Unidades de Produção e Vida Familiar (UPVFs) de seus associados.

Segundo Orientação Técnica para Orgânicos do MAPA (2013), o produto orgânico deve fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, que só é possível se estiver certificado por um dos três mecanismos descritos a seguir:

- a) Certificação por Auditoria: A concessão do selo SisOrg é feita por uma certificadora pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura. O organismo de avaliação da conformidade obedece a procedimentos e critérios reconhecidos internacionalmente, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira.
- b) Sistema Participativo de Garantia: Caracteriza-se pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para estar legal, um SPG tem que possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) legalmente constituído, que responderá pela emissão do SisOrg.
- c) Controle Social na Venda Direta: A legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Exige-se, porém, o credenciamento numa organização de controle social cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Com isso, os agricultores familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (MAPA, 2013).

O foco de atuação da Rede sempre foi o mercado local e regional, pois até dezembro de 2010, não possuía condições legais de certificação. Quando existia a necessidade de comercializar para fora do local e região, os grupos deviam buscar uma certificadora credenciada e realizar a certificação por auditoria. Mas a venda local e regional com uso do selo para certificar o produto ecológico sem registro no MAPA foi tolerado pelos órgãos oficiais até final de 2010 (ROVER, 2011).

Com a intenção de ampliar o mercado e proporcionar a expansão dos produtos ligados a Rede Ecovida, um grupo de agricultores resolveu buscar coletivamente alternativas e criou o Circuito de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia, que vem atuando desde 2006, e procuram desenvolver a economia solidária e agroecologia.

O Circuito de Comercialização funciona em sete estações-núcleos, cada qual equivale a um núcleo regional da Rede Ecovida, dez subestações que são pontos de reunião e distribuição dos produtos para a comercialização. Os princípios fundamentais que são em primeiro lugar, os alimentos ofertados para comercialização sejam produzidos ecologicamente e estejam certificados com o Selo Ecovida de Agroecologia. O segundo determina que as organizações que vendem devem se comprometer também a comprar produtos de outras organizações. O mecanismo de compra e venda entre estações permite menos circulação de

dinheiro, já que em muitos casos ocorre simplesmente a troca de produtos (MAGNANTI, 2008).

2.2 Formação, Integração e Objetivos da Rede Ecovida

Para que haja a manutenção da biodiversidade deve-se ter atenção às particularidades a nível local e regional, assim, as experiências de agroecologia organizam-se no formato de rede, como é o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. Segundo Muls (2008, p. 11) “as redes são a expressão das formas de ajustamento entre as restrições extraterritoriais e as reações territoriais e nesse sentido a própria condição para o desenvolvimento local”.

Segundo Muls (2008),

as formas de coordenação da rede seguem a lógica de ação e tipo de relação, que, combina as obrigações e interesses com diversas modalidades em função de seu caráter. As condições para seu acionamento são complementares as estratégias e contribuição dos diversos membros. A aptidão em fornecer bens coletivos e gerar externalidades, é boa desde que as externalidades possam ser internalizadas no interior da rede. A eficácia na alocação de recursos é boa, desde que tenha certa estabilidade, a promoção de justiça social é possível desde que ultrapasse a esfera econômica. As contribuições ao desenvolvimento local possuem papel positivo em matéria de inovação (MULS, 2008, p. 5).

A Rede Ecovida de Agroecologia foi criada em 10 de novembro de 1998 é uma articulação de agricultores familiares ecologistas e suas organizações, organizações de assessoria e simpatizantes com a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de produtos ecológicos (SANTOS, 2005).

A história da Rede inicia-se antes de sua criação, surgindo no Sul do Brasil como uma alternativa ao modelo de agricultura caracterizado como Revolução Verde. Segundo Caporal (2003), a Revolução Verde é uma das principais transformações ocorridas na agricultura, a partir dos anos 50, que se caracteriza pela utilização de pacote tecnológico montado através de sementes de Variedades de Alto Rendimento e de um conjunto de práticas e insumos agrícolas, necessários para alcançar níveis de produtividade.

De acordo com Santos (2005), o primeiro nome dado à Rede Ecovida de Agroecologia, foi “rede de certificação participativa”. O debate em torno da proposta de certificação, iniciado em Santa Catarina, agregou parceiros ampliando no ano de 2000 para os estados de Paraná e Rio Grande do Sul.

Segundo Barban (2010),

Ao final de 1998 iniciaram-se os debates sobre a formação da Rede Ecovida. Em um seminário em União da Vitória, no Paraná, foi decidida a criação de uma Rede Regional de Agroecologia. No final de 1998, novo seminário em Caçador/SC homologa a Rede e é criado um logotipo e um selo de certificação, nomeando a Rede Ecovida de Certificação Participativa. A partir de 2000, foram agregadas outras organizações do sul do Brasil e iniciada a formulação dos documentos sobre o funcionamento e o processo de certificação proposta pela Rede Ecovida de Agroecologia (BARBAN, 2010, p. 225).

Este foi o contexto da criação da Rede Ecovida que surge como contraponto a Revolução Verde e ao modelo de certificação padronizada. Dentre as diversas atividades desempenhadas pela Rede Ecovida, uma delas é a Certificação Participativa em Rede, realizada a partir das experiências do sul do país.

Atualmente, a Rede Ecovida é formada por 26 núcleos regionais dos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, envolvendo 175 municípios, 330 grupos e associações, 145 feiras ecológicas, 30 ONGs, 10 comercializadoras (cooperativa de consumidores), 24 outras organizações (sindicato dos trabalhadores rurais, agroindústrias etc) e a Associação Cooperafloresta de Barra do Turvo do estado de São Paulo (ECOVIDA, 2013).

Os núcleos do Sul são divididos em: Agroflorestal, Alto Uruguai, Alto Vale, Arenito Caiuá, Centro Oeste do Paraná, Centro Paranaense, Centro RS, Libertação Camponesa, Litoral Catarinense, Litoral Solidário, Luta Camponesa, Maurício Burmester do Amaral, Missões, Monge João Maria, Oeste de Santa Catarina, Oeste do Paraná, Planalto Norte, Planalto RS, Planalto Serrano, Serra, Sudoeste do Paraná, Sul, Sul Catarinense, Vale do Caí, Vale do Rio do Peixe, Vale do Rio Uruguai.

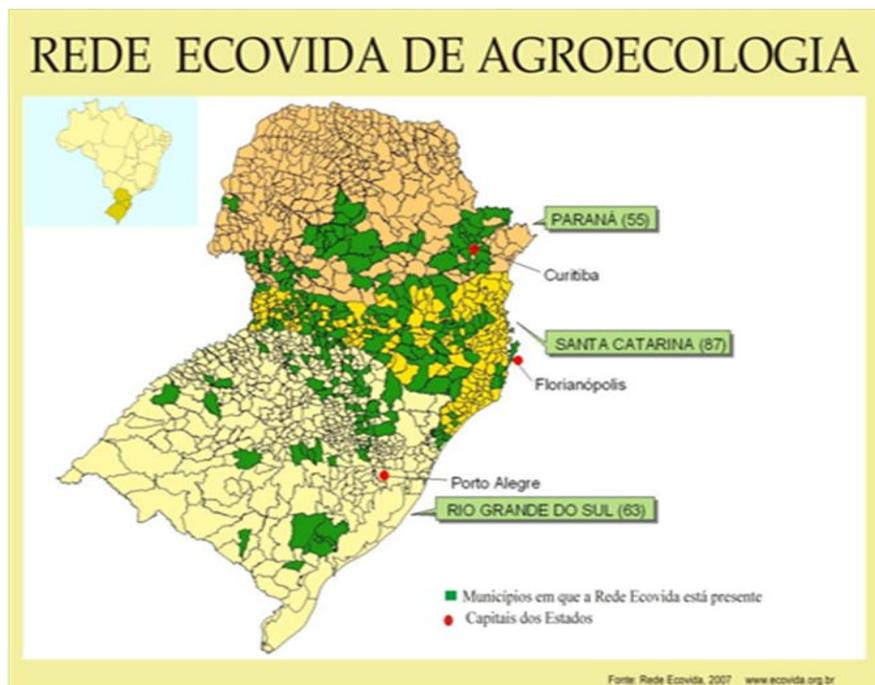


Figura 3. Núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia. Fonte: ECOVIDA, 2013

A Rede possui como princípios ter na agroecologia a base para o desenvolvimento sustentável; trabalhar com agricultores e agricultoras familiares e suas organizações; ser orientada por normativas próprias de funcionamento e de produção; trabalhar na construção de mercado justo e solidário e garantir a qualidade através da certificação participativa (SANTOS, 2005).

Os objetivos da Rede Ecovida são: desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas; incentivar o associativismo na produção e no consumo de produtos ecológicos; gerar, articular e disponibilizar informações entre organizações e pessoas; aproximar, de forma solidária, os agricultores e os consumidores; ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade; fomentar o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular (SANTOS, 2005).

As pessoas envolvidas na Rede têm diferentes atribuições, sendo que os agricultores são responsáveis pela produção e também pela certificação. Consumidores possuem o importante papel de regular a produção e a concessão de selos. Os técnicos mediadores são essenciais na elaboração da assistência técnica, no estímulo à agroecologia em novos espaços e na formulação de projetos para angariar recursos (REDE ECOVIDA, 2007).

Segundo Santos (2005), a Rede Ecovida definiu a utilização denominada “produto ecológico” em vez de “produto orgânico”, para definir que se desenvolva uma agricultura

ecológica sob os princípios da agroecologia e não apenas na substituição de insumos químicos para orgânicos.

2.2.1 Estrutura e Funcionamento dos Núcleos Regionais

A organização da Rede é baseada na criação e funcionamento dos núcleos, as pessoas e famílias que atuam e vivem nos locais são as “células”, que articulam e formam a nível regional os núcleos. Cada núcleo regional também é uma rede de organizações e entidades de vários municípios, que sob os aspectos jurídicos é uma organização informal, coordenada de forma colegiada nos núcleos e no conjunto (ROVER, 2011).

Segundo Radomsky (2010), cada núcleo é a agregação de várias famílias e atores sociais coletivos, que podem ser grupos, cooperativas ou associações. A Rede abrange vários núcleos e é uma rede que relaciona várias redes e comunidades locais, mas para formar novos núcleos devem ser aprovados e monitorados por outros dois grupos, como uma espécie de filiação.

Segundo Santos (2005), para criar um núcleo devem ser seguidos alguns critérios, que seguem no Quadro 2.

Quadro 2. Estrutura e Funcionamento dos Núcleos Regionais

	PASSOS	INFORMAÇÕES
1º	Aprovação da criação do Núcleo Regional (NR) em Encontro Ampliado	A criação ou desmembramento de um NR deve passar primeiro pela coordenação estadual antes de ser discutida e aprovada em Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia.
2º	Definir uma entidade responsável	A entidade responsável pela organização inicial do NR que se constitua em uma referência para contato e troca de informações com a Rede e com a Associação Ecovida.
3º	Responsabilidades do NR perante a Rede Ecovida	<ul style="list-style-type: none"> - Entregar e atualizar os cadastros de adesão à Rede; - Cobrar as anuidades e repassar 50% do valor para a Rede Ecovida; - Participar ativamente dos Encontros Ampliados da Rede Ecovida; - Ter atualizados e disponíveis os Formulários para Requerimento das Certificações e preencher a solicitação da quantidade de selos; - Preencher e entregar relatórios e documentos quando demandados pela legislação.
4º	Atividades do Núcleo Regional	<ul style="list-style-type: none"> - Nos encontros do núcleo, promover à discussão de experiências de cada membro, o intercâmbio/comercialização de produtos, a troca de informações, além da certificação; - Publicar materiais; - Montar um banco de dados dos produtos disponíveis na região; - Garantir o processo de certificação (preenchimento dos cadastros, visitas às propriedades), adotando dinâmica própria de acordo com as normas da Rede e a sua realidade; - Assumir a Rede Ecovida, divulgando a marca em feiras, faixas, bonés, camisetas, materiais etc.
5º	Estrutura e funcionamento sugerido ao Núcleo Regional	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação: à critério de cada Núcleo; - Encontros do NR: mínimo de 2 por ano, com a participação de 2 representantes por organização associada; - Conselho de Ética: no núcleo ou municipal. • Regimento Interno/ Normas – sugere-se a elaboração; - Finanças: sugere-se um tesoureiro. De acordo com o tamanho do Núcleo Regional é bom abrir uma conta para administrar os recursos do Núcleo; - Secretaria: sugere-se um secretário(a) para registrar os debates e encaminhamentos das reuniões.
6º	Passos para filiação à Rede Ecovida	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ser indicado por 2 membros atuais; 2. Ser aprovado pelo núcleo que irá compor; 3. Preencher o cadastro de organização; 4. Pagar a anuidade; 5. Participar dos encontros do núcleo e da Rede; 6. Acatar as normas de organização e funcionamento do núcleo e da Rede.

Fonte: Santos (2005).

2.3 Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Segundo Almeida (1995, p. 41) o desenvolvimento rural sustentável possui como noção “uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas”.

Segundo Tedesco (2006, p. 22) “novos processos de desenvolvimento imprimiram novas linguagens, que, por sua vez, são produto e produtoras de ações, significados, simbologia e representação, sendo a sustentabilidade uma delas”.

Reconhecer que o modelo implantado e adotado através dos pacotes tecnológicos na Revolução Verde ocasionou a insustentabilidade, também se deve reconhecer que “sustentabilidade” ganha diferentes significados do modo e por quem é aplicado. O desenvolvimento rural embasado na agroecologia, para muitos agricultores é possível desenvolver numa agricultura que consiga unir produção de alimentos com preservação ambiental.

Conforme Altieri (1998),

a agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 1998, p. 21).

A preservação e ampliação da biodiversidade e dos agroecossistemas é utilizada para produzir auto-regulação e sustentabilidade, criando uma numerosa e complexa interação entre o solo, as plantas e os animais (Altieri, 1998). Para Caporal e Costabeber (2004), a expectativa de uma nova agricultura capaz de fazer bem ao homem e ao meio ambiente com bases para construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, encontra-se no termo mais amplo da Agroecologia.

Conforme Caporal e Costabeber (2004),

a opção pela terminologia “agricultura de base ecológica”, em primeiro lugar, tem a intenção de distinguir os estilos de agricultura resultantes da aplicação dos princípios e conceitos da Agroecologia (estilos que, teoricamente, apresentam maiores graus de sustentabilidade no médio e longo prazos), tanto do modelo de agricultura convencional ou agroquímica (um modelo que, reconhecidamente, é mais dependente de recursos naturais não renováveis e, portanto, incapaz de perdurar através do tempo) (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 08).

Ao trabalhar com a agroecologia, primeiramente, busca-se uma maior complexidade ecológica dos sistemas de produção, pois quanto mais diversificados e integrados forem os sistemas de cultivos mais próximos estarão da desejada e possível sustentabilidade ambiental. Com isso, os primeiros passos para aplicação da agroecologia aos sistemas produtivos são a ampliação da diversificação e da biodiversidade tendo em conta o conjunto das relações bióticas e abióticas dos sistemas manejados (CAPORAL, 2009).

A agricultura familiar que produz alimentos em pequenas propriedades, não produzirá a quantidade de alimentos que exigem os centros urbanos e os mercados globais porque visa à oferta local e em escalas pequenas. Segundo Gliessman (2002), o papel da agroecologia prevê o conhecimento e metodologia necessária para desenvolver a agricultura, por um lado ambientalmente adequada e por outro lado altamente produtiva e economicamente viável. Esta estabelece condições para desenvolver o novo paradigma da agricultura, em partes porque praticamente elimina a distinção entre geração de conhecimento da sua aplicação.

As experiências dos camponeses na construção de alternativas de organização, produção, processamento e o cuidado com a terra, sementes, plantas e animais é denominado de agroecologia. Segundo Altieri (1998 *apud* Dal Soglio, 2004, p.186), a Agroecologia é a “integração de princípios agronômicos, ecológicos, sociais e econômicos na compreensão e avaliação do impacto de tecnologias sobre os agroecossistemas”. Também visa propor modelos e métodos que promovam a sustentabilidade dos agroecossistemas, embora alguns modelos de agricultura orgânica conduzam a modelos sustentáveis de manejos, a agricultura orgânica não é sinônimo de agroecologia (DAL SOGLIO, 2004).

Segundo Guzmán (2001) a agroecologia propõem olhar os métodos de desenvolvimento endógenos para o manejo ecológico dos recursos naturais, e da melhor maneira possível os elementos de resistências específicas de cada identidade local. Potencializando as formas de ação social e coletiva, pois possuem um potencial transformador não se tratando de levar soluções prontas para a comunidade, mas de detectar, acompanhar e animar os processos de transformação em dinâmicas participativas.

Para Almeida (2002),

A proposição agroecológica surgiu (e ainda se apresenta) como aspiração geral a outra forma de desenvolvimento. Ela tem-se apoiado no uso potencial da diversidade social e dos sistemas agrícolas, especialmente aqueles que os agentes reconhecem como estando o mais próximo dos "modelos" camponês e indígena. Aqueles que idealizam esse tipo de agricultura têm razões para pensar que, em se aliando a um projeto de desenvolvimento local, descentralizado, que privilegie a diversidade em

cada meio, estão exprimindo novas aspirações, novas formas de sociabilidade, uma vontade em promover outros modos de desenvolvimento econômico e social que seriam mais "controláveis" e aceitos por que são espacialmente circunscritos, cultural e tecnicamente fundados na "experiência do tempo" (ALMEIDA, 2002, p.30).

Para Guterres (2006 *apud* Marcos, 2007), as práticas culturais agroecológicas são aquelas que utilizam o manejo ecológico do solo (uso de matéria orgânica como fertilizante), a utilização de biofertilizantes artesanais, a produção de sementes crioulas, planejamento do plantio para melhor rendimento, cuidado com a água (captação da água da chuva, construção de cisternas etc.), respeito ao meio ambiente, resgate e respeito aos saberes e práticas locais, conhecer os tipos de plantas, procedimentos tecnológicos, construção de formas associativas e cooperativas.

De acordo com Silva; Araújo (2009, p. 4) “na perspectiva agroecológica, os estabelecimentos pequenos e médios são o lócus privilegiado para desenvolverem seus princípios. Pois, será o conjunto desses estabelecimentos e suas policulturas que darão a diversidade, produtiva e socioambiental, fundamental para o equilíbrio da biodiversidade.

Como tornar a agricultura brasileira mais sustentável com os ganhos de produtividade agrícola atuais? De acordo com Assad; Almeida (2004, p. 8) “várias tentativas de resposta já foram ensaiadas nos últimos anos, constituindo um movimento que originalmente se chamou de “agricultura alternativa” (década de 1970) e que hoje se agrupa em torno das iniciativas de “agricultura ecológica”.

Mas para realizar um debate mais profundo sobre o tema é preciso compreender que algumas agriculturas alternativas e a agricultura orgânica certificada, entre outras, são o resultado da aplicação de técnicas e métodos dos pacotes convencionais, que normalmente orientam a produção e impõem limites ao uso de certos tipos de insumos. Mas essas escolas ou correntes de agricultura alternativas não necessariamente precisam seguir as premissas básicas e os ensinamentos fundamentais da agroecologia, não sendo uma agricultura ecológica em sentido mais amplo (CAPORAL, 2008).

3 METODOLOGIA

Segundo Minayo (1993, p. 23), “a pesquisa é atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade”. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente (MORESI, 2003). Esta pesquisa foi motivada pela necessidade de ilustrar os processos envolvidos na busca pela certificação de produtos agroecológicos da Rede Ecovida - Núcleo Missões por meio do método participativo.

Partindo-se do objetivo geral, descrever o Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia, a pesquisa se enquadra como exploratória. Uma pesquisa deste tipo proporciona uma maior aproximação com o problema, tornando-o mais explícito, onde o levantamento bibliográfico é confrontado com a pesquisa de campo para descrever o problema e construir hipóteses (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). De acordo com o problema em estudo, a abordagem qualitativa e objetiva descrever e compreender os fatos utilizando as ferramentas do diário de campo e das entrevistas.

De acordo com COREDE (2013) o Núcleo Missões compreende os municípios, Fronteira Noroeste³ e Missões⁴, mas nem todos compõem o Núcleo: Alecrim, Campina das Missões, Cândido Godói, Giruá, Santa Rosa, Santo Cristo, Novo Machado, Porto Mauá, Porto Lucena, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Tucunduva e Tuparendi. Do conjunto de município que fazem parte do Núcleo Missões foram entrevistados sete agricultores familiares das cidades de Giruá, Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz.

Os agricultores familiares entrevistados, de acordo com o APÊNDICE B, foram escolhidos na intenção de ilustrar a diversidade dos participantes do Núcleo Missões sendo que se encontram em estágios diferenciados no processo de certificação: alguns realizam certificação por auditoria, outros estão aptos a realizá-la de maneira participativa e a maioria está em processo de transição agroecológica.

³ COREDE FRONTEIRA NOROESTE: Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva, Tuparendi.

⁴ COREDE MISSÕES: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzáles, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama, Vitória das Missões.

Além disso, foram entrevistados três articuladores do Núcleo Missões ligados à ONG Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa, na qual coordena os trabalhos de pesquisa, educação e assistência técnica, procedendo também observação direta da atuação desses em alguns momentos. A ferramenta no APÊNDICE A foi orientada para atender aos objetivos específicos.

As entrevistas semi-estruturadas são utilizadas por pesquisadores em ciências sociais e psicológicas. As entrevistas permitem a obtenção de dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais e que podem ser fornecidos por certas pessoas. Os dados foram utilizados para a análise de opiniões, com objetivo de realizar análise qualitativa, sem responsabilidade de preocupar-se com representação estatística da amostra (CERVO; BERVIAN, 2002).

Utilizamos como fonte de dados secundários a AREDE, em particular com acompanhamento da Fabiane Bender, extensionista da entidade e conhecedora da realidade e dos sujeitos envolvidos no processo objeto desse estudo.

4 NÚCLEO MISSÕES DA REDE ECOVIDA

O Núcleo Missões da Rede Ecovida é formado por agricultores familiares, extensionistas rurais, técnicos de cooperativas, articuladores, pesquisadores e consumidores agroecológicos dos municípios de Alecrim, Campinas das Missões, Cândido Godói, Giruá, Santa Rosa, Santo Cristo, Novo Machado, Porto Mauá, Porto Lucena, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Tucunduva e Tuparendi.

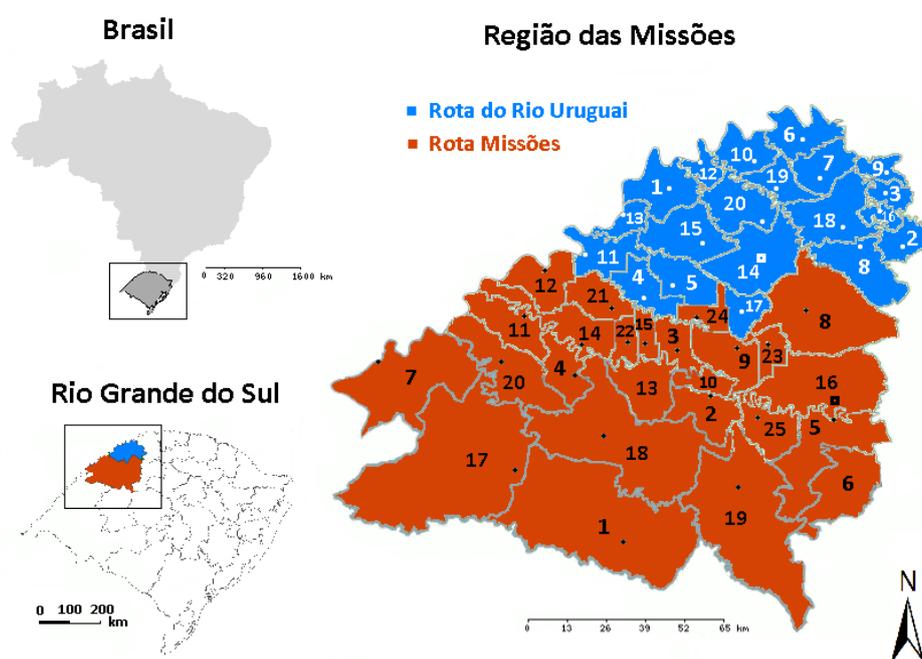


Figura 4. Localização Geográfica das Regiões Fronteira Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Ave Missões (2013).

A partir da pesquisa científica foram entrevistados os principais atores sociais do Núcleo Missões, articuladores e agricultores ecológicos. Foi possível identificar os principais fatores que levaram a formação deste Núcleo, as motivações individuais e coletivas, os avanços desde sua criação e os principais desafios para a realização da certificação participativa.

Inicialmente serão apresentados os fomentadores da criação do Núcleo Missões, os articuladores, que fazem parte da entidade de apoio AREDE e desempenham o papel de apoiar o Núcleo, orientando os agricultores agroecológicos. Após, serão apresentados os agricultores entrevistados, relatando suas principais características tais como sua localidade,

tipo de produção, em qual estágio estão para a realização da certificação participativa e os principais pontos de comercialização.

4.1 Os Articuladores do Núcleo Missões

O Núcleo Missões é formado por um conjunto de atores sociais, onde os articuladores foram os principais fomentadores de sua criação e que, após as entrevistas, é possível relatar como ocorreu o processo histórico.

Foram entrevistados três articuladores ligados a ONG AREDE, entidade de apoio do Núcleo Missões. Os articuladores entrevistados serão caracterizados para melhor identificá-los no decorrer deste trabalho.

O 1º articulador entrevistado, será identificado por ART 1, possui formação em Técnico Agrícola e atualmente cursa graduação em Educação no Campo através da Universidade Federal de Santa Maria no Pólo Federal de Três Passos. Trabalha com assistência técnica na AREDE desde sua criação e faz parte da Direção do Núcleo Missões da Rede Ecovida.

O 2º articulador entrevistado, identificado como ART 2, possui formação em Técnico Agrícola, trabalha como técnico da UNICOOPER, prestando assistência para agricultores orgânicos de soja, milho e trigo. Reside no município de Santo Cristo e faz parte da Direção do Núcleo Missões da Rede Ecovida.

O 3º articulador entrevistado, identificado como ART 3, possui formação em Técnico Agrícola, atualmente é presidente da COPERSOL, possui propriedade rural no município de Santo Cristo, onde é produtor agroecológico. Também trabalha na AREDE onde presta assistência técnica para mulheres, cooperativas e agricultores familiares e também faz parte da Direção do Núcleo Missões da Rede Ecovida.

O Núcleo Missões foi formalmente constituído no 5º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia em julho de 2005 na cidade de Praia Grande/SC. Quando um grupo formado por 19 pessoas representantes das organizações regionais, tais como as cooperativas COOPASC, COOPAX, COOPERTEREZA, COPERAE, COPRAL, UNICOOPER e ASTRF participaram do evento. No Encontro Ampliado, o projeto foi apresentado para a assembléia e aceito, tornando-se o 22º Núcleo da Rede Ecovida. Figura 5.



Figura 5. 5º Encontro Ampliado Rede Ecovida de Agroecologia em julho de 2005. Fonte: AREDE, 2013.

Conforme relatou o ART 1 a escolha do nome Missões, parte do contexto histórico e geográfico do local, sendo que a região abriga os Antigos Sete Povos das Missões. Um traço que identifica as origens dos envolvidos, muito rica culturalmente e que após longas décadas da prática da agricultura, busca resgatar conhecimentos sobre plantas, manejos, sementes crioulas e o contato de harmonia com o meio ambiente.

A organização do Núcleo Missões iniciou muito antes de sua constituição no ano de 2005, conforme o ART 3, foi no final dos anos 1990, por meio do Programa de Formação em Agricultura Familiar/PAF realizado pelo núcleo de cooperativismo da COOPERLUZ, com o objetivo de discutir organização de cooperativas, gestão e produção da agricultura ecológica.

No início do ano de 1999, um dos principais eixos de atuação da Coordenadoria de Agricultura do Governo do Rio Grande do Sul, na Gestão Olívio Dutra, era a agroecologia, onde foram realizados vários programas de formação em agroindústrias, comercialização e agroecologia com realização de viagens com os agricultores da região Missões para conhecer experiências em outros locais do Estado.

Assim, iniciou a articulação das organizações da região Missões com organizações não governamentais de outros locais, este processo ocorreu em conjunto com a criação da AREDE

no município de Santa Rosa em 2001, atualmente a principal entidade de organização do Núcleo Missões.

Com o encerramento do Governo Olívio Dutra em nível estadual e a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em nível nacional, várias pessoas ligadas às ONGs passam a ser consultoras de programas do Governo Federal e inicia-se o incentivo para a participação de organizações de agroecologia requerendo recursos financeiros por meio de projetos do MDA e MAPA.

Neste contexto, o surgimento de várias políticas públicas, oportunizou o acesso a vários mercados, principalmente os institucionais, o que, conforme o ART 2 relatou, também fez com que se impulsionasse a formação de um grupo de agroecologia na região. A maior abertura dos mercados para os produtos orgânicos, tanto locais como regionais, despertou a vontade naqueles agricultores que produziam de forma convencional a agregar valor ao seu produto, e assim realizaram a transição para o orgânico, neste caso a maior parte produtores de grãos.

Muitos pequenos agricultores produzem de forma diversificada, para o consumo da família e o excedente comercializam na “cidade”, buscam não utilizar as sementes transgênicas e os agrotóxicos em sua produção, o fazem por acreditarem nos malefícios para a saúde da família e da natureza e também por causa dos altos custos envolvidos. A ART 3 relatou que regionalmente, a maioria dos agricultores produzem com sementes transgênicas, mas existe uma parcela significativa que não aderiu a esta lógica, procurando alternativas ecológicas de produção. Por tal motivo, a criação do núcleo Missões fez-se importante para organizar em rede estas pessoas, que diariamente lutam contra os agrotóxicos.

Mas a principal razão para que o Núcleo constituísse, conforme ART 2 foi a vontade de agregarem-se às organizações que buscam os mesmo caminhos, que são as discussões dos transgênicos, a certificação dos produtos orgânicos e a conquista dos mercados. E o papel das ONGs neste momento foi importante, na elaboração de projetos, que ligavam as preocupações da não utilização de transgênicos, agrotóxicos e buscavam a diversificação da produção, sendo a certificação participativa o mecanismo adequado para a realidade regional.

4.2 As Entidades de Apoio

Desde antes a criação do Núcleo Missões várias entidades já se articulavam em torno da agricultura familiar agroecológica, seja para organizar os próprios agricultores familiares, a produção de alimentos ou para prestar serviços de assistência técnica e extensão rural. A seguir serão apresentadas as principais entidades que compõem o Núcleo Missões, conforme Figura 6.

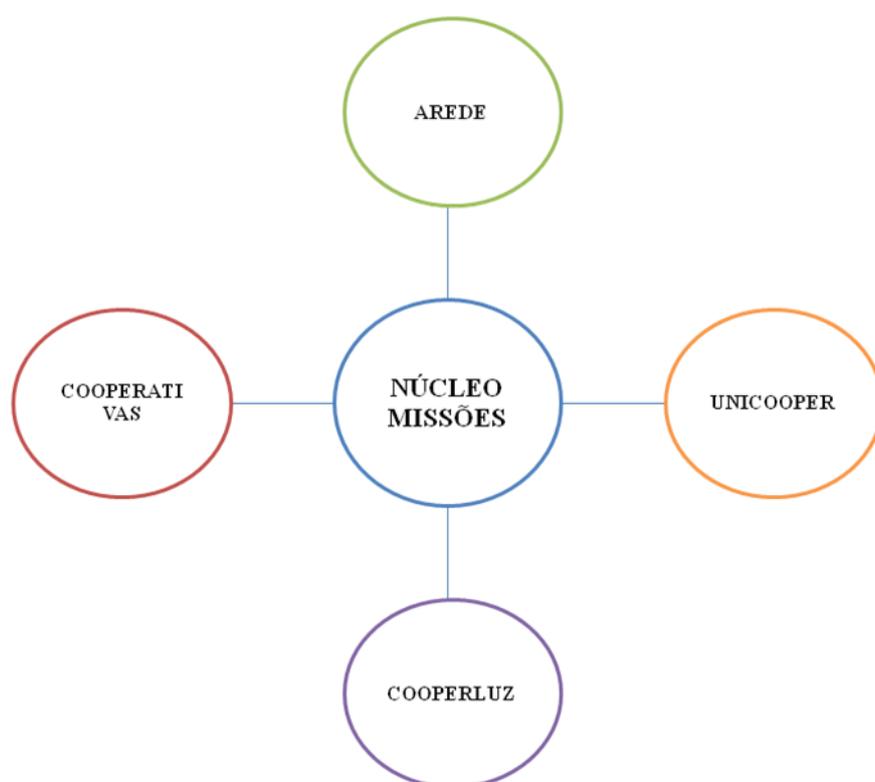


Figura 6. Entidades de apoio Núcleo Missões. Fonte: Pesquisa de campo (2013).

No Núcleo Missões a principal entidade de apoio, como já mencionado neste trabalho, é a Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa (AREDE), fundada em 22 de maio de 2001, com sede no município de Santa Rosa, região Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. É uma entidade civil, sem fins lucrativos, de âmbito regional, de direito privado.

A missão da AREDE é desenvolver atividades de educação, assessoria, pesquisa e formação, junto a organizações populares, escolas, sindicatos, centrais sindicais, cooperativas, centrais de cooperativas, instituições religiosas, instituições governamentais e não-governamentais, grupos e associações de geração de trabalho e renda (AREDE, 2013).

Outra entidade de apoio do Núcleo Missão é Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento (COOPERLUZ), cooperativa de eletrificação rural fundada no dia 05 de dezembro de 1970 com sede em Santa Rosa. Possui abrangência regional e desenvolve ações de apoio à agricultura familiar, através de feiras, eventos, entre outras atividades, visando aumentar a renda do agricultor.

A COOPERLUZ desenvolve vários incentivos para os agricultores familiares tais como o Programa de Cooperativismo nas Escolas e o Programa de Apoio à Agricultura Familiar que, entre outras ações, buscava incentivar a agricultura familiar através da diversificação produtiva e a comercialização de produtos em nível local/regional, em especial de produtos olerícolas e fruticultura (DEVES *et al.*, 2009).

Segundo Deves *et al.* (2009), os programas apontaram diversas demandas e uma das principais apontadas pelos agricultores familiares foi referente a comercialização de seus produtos. A COOPERLUZ neste processo disponibilizou sua estrutura, como sala de reuniões e veículos, para alguns funcionários começarem a atuar no fomento da produção e comercialização. Com isso várias feiras e mercados permanentes foram incentivados, com auxílio do Governo do Rio Grande do Sul naquele período, o qual visava incentivar a agregação de valor aos produtos financiando desde a aquisição de equipamentos a construção das estruturas.

Com incentivos por parte da COOPERLUZ foi possível criar um organismo que viabilizasse um ponto de comercialização. Assim surge, em 2001 a Central Regional das Cooperativas da Agricultura Familiar (Crecaf), através da união de 25 agricultores que acessaram a recursos do PANPA - Programa de Apoio a Novos Empreendimentos Agropecuários, do governo do Estado (2002), adquirindo assim, um ponto de comercialização, que futuramente viria a denominar-se UNICOOPER (DEVES *et al.*, 2009).

A Cooperativa Central das Cooperativas da Agricultura Familiar (UNICOOPER) é uma das principais entidades que compõem o Núcleo Missões, sendo a união das cooperativas da agricultura familiar, que se estrutura a partir de cooperativas singulares de âmbito municipal, muitas constituídas antes de sua Central, e outras que vieram a associar-se após sua criação.

De acordo com Bernandi (2011), atualmente são 11 cooperativas que formam a base da UNICOOPER: Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Porto Xavier (COOPAX), Cooperativa dos Agricultores de Santo Cristo (COOPASC); Cooperativa dos Produtores de

Alecrim (COOPRAL); Cooperativa Agroecológica de Cândido Godói (COOPERAÉ); Cooperativa Canaveira Santa Teresa Ltda (COOPERTERESA); Cooperativa Agrícola Butiá (COOPERBUTIÁ); Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar de Roque Gonzales – LTDA (COOPERG); Cooperativa dos Agricultores Familiares de Porto Vera Cruz (COOPOVEC); Cooperativa de produtores agroindustriais e artesãos de Dezesseis de Novembro Ltda. (COOPADEN), Cooperativa dos agricultores familiares de São Paulo das Missões (COOPERIPÊ) e Cooperativa dos Agricultores de Santa Rosa Ltda. (COPERSOL).

A organicidade do Núcleo Missões está centrada em uma direção, composta por articuladores ligados a AREDE, UNICOOPER, COOPERLUZ, representantes de cooperativas municipais, técnicos ligados as cooperativas e agricultores agroecológicos.

Conforme relato dos articuladores, outras entidades estão agregando-se ao Núcleo, tais como a EMATER/ASCAR-RS, instituições educacionais (SETREM, UNIJUÍ, PÓLO FEDERAL DE TRÊS DE MAIO, PÓLO FEDERAL DE TRÊS PASSOS, URI, FEMA, UNIVERIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL).

Segundo ART 3 a presença da EMATER/ASCAR e instituições educacionais é recente no Núcleo, o que, em sua avaliação é muito positivo, uma vez que demonstram interessados em desenvolver pesquisas de extensão sobre agroecologia e prestar assistência para produtores agroecológicos.

4.3 As Atividades Desenvolvidas no Núcleo Missões

Diversas atividades são desenvolvidas no Núcleo Missões, muitas delas com caráter de formação para os participantes, sejam em momentos de capacitação como em cursos e palestras, em viagens ou ainda em feiras seja no município (Feira do Produtor) ou em Feiras Regionais e Estadual, onde ocorre a troca/compartilhamento das experiências (Figura 7).



Figura 7. Lançamento 3ª Feira da Economia Solidária e Agroecologia/ECOSOL
Fonte: AREDE (2013).

Assim como representado na Figura 7, diversas feiras são realizadas com a coordenação e participação do Núcleo Missões, como exemplo, a ECOSOL, feira de nível regional, que era realizada anualmente e teve sua última edição no ano de 2008 na cidade de Santa Rosa. A feira busca integrar as cooperativas autogestionadas da economia solidária com a produção familiar agroecológica, fomentando-as a nível local e regional.

Os encontros e debates sobre a produção agroecológica são permanentes, ocorrem anualmente com o objetivo de debater para além da certificação participativa, a organização social, comercialização e produção, conforme afirmou o ART 2.

Nos encontros regionais do Núcleo, o ART 1, relatou que sempre há renovação dos atores sociais, por motivos diversos, tais como, muitos agricultores acabam desistindo da produção orgânica e não participam mais dos encontros, ou pela integração de novos grupos buscando formação, o que torna o processo muito dinâmico. A participação dos jovens é existente, e contribui na aceitação de novas informações, já os mais idosos são resistentes a mudanças, muitos não querem discutir. A maior participação se concentra nos agricultores, que deixaram de produzir com agrotóxico, devido às contaminações, doenças na família, ou por acreditarem que a produção orgânica agrega maior valor ao produto.

Os articuladores do núcleo, bem como os agricultores, já foram procurados para prestar capacitação sobre a produção orgânica, como citou um exemplo o ART 1, que falou sobre o Núcleo Missões para os extensionistas da Emater – “foi uma troca de conhecimento muito interessante”.

Para o ART 3, o grande problema está na participação nos encontros e reuniões da Rede Ecovida de Agroecologia que acontecem na região metropolitana e serra, onde as grandes distâncias dificultam o acesso, para ele – “ (...) debate é muito interessante, sempre aprendemos coisas novas e ensinamos também, mas por morarmos numa região distante dos grandes centros, isso nos prejudica”. A entidade de maior proximidade que o Núcleo possui é com o CETAP de Passo Fundo/RS, no qual compartilham informações e ideias.

4.4 A Certificação por Auditoria no Núcleo Missões

A certificação no Núcleo Missões é um tema que vem sendo debatido por seus interlocutores e entidades parceiras. Como constatado a certificação já faz parte da vida de alguns agricultores orgânicos, os quais, produtores de soja, milho e trigo.

Uma das incentivadoras nesse processo é a UNICOOPER, que “diante da inviabilidade da monocultura da soja em pequenas propriedades, bem como, para buscar mercado para os diferentes produtos gerados nestas propriedades” (RAMBO *et al.*, 2008, p.5).

A UNICOOPER tem incentivado a produção orgânica, para oferecer aos consumidores produtos de maior qualidade, reduzindo o manejo de agroquímicos por parte dos produtores e também aproveitar para os orgânicos serem um diferencial competitivo para a agricultura familiar (RAMBO *et al.*, 2008).

O acompanhamento dos produtores orgânicos é realizado por técnicos da UNICOOPER, que atendem os produtores orgânicos das cidades de Cândido Godói, Giruá, Senador Salgado Filho e Santo Cristo. Os grãos orgânicos recebem o certificado ECOCERT, que são para abastecimento do mercado interno e externo, atualmente, devido à grande demanda o mercado interno tem sido o principal foco.

Existe a troca de produtos entre UNICOOPER e o Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida, no caso a farinha orgânica da UNICOOPER é vendida para Erechim e as frutas, laranja e maçã, são comercializadas no mercado UNICOOPER. Estas trocas são essenciais

para a manutenção dos princípios da Rede Ecovida, baseados na cooperação, comercialização solidária e comércio justo.

Atualmente não existem experiências de certificação participativa no Núcleo Missões, mas está buscando-se a sua implantação, através da construção participativa pelos seus integrantes.

5. AGRICULTORES FAMILIARES DO NÚCLEO MISSÕES

Os agricultores familiares entrevistados que fazem parte do Núcleo Missões, atualmente encontram-se em estágios diferenciados, classificados como: em processo de certificação por auditoria, em transição agroecológica e os aptos a realizar o processo de certificação participativa.

No total foram entrevistados sete agricultores agroecológicos das cidades de Giruá, Santa Rosa, Tuparendi e Porto Vera Cruz, que serão caracterizados para melhor identificá-los na pesquisa. Conforme o Quadro 3.

	Girúá A	Santa Rosa B	Santa Rosa C	Tuparendi D	Porto Vera Cruz E	Porto Vera Cruz F	Porto Vera Cruz G
Razões da Adesão Orgânico/Rede	Saúde, qualidade de vida.	Melhoria na qualidade de vida e mercado diferenciado.	Saúde e melhoria na qualidade de vida.	Crescimento do mercado.	Saúde, melhoria na qualidade de vida.	Incentivo Rede, saúde, mercado diferenciado.	Saúde, melhoria na qualidade de vida, incentivo Rede.
Principais Produtos/Orgânicos	Soja, milho, trigo, hortaliças, fruticultura orgânicos.	Hortifrutigranjeiro <i>in natura</i> , todos orgânicos.	Permacultura, em parte orgânico.	Hortaliças hidropônicas. Morango orgânico.	Fruticultura e hortaliças todos orgânicos.	Fruticultura, hortaliças, produção leiteira, mudas de flores. Orgânicos	Fruticultura, hortaliças, produção leiteira todos orgânicos.
Relação com Mercado	Unicooper, feira do produtor.	Merenda escolar, PAA, feira do produtor.	Feira do produtor e venda direta.	Cooperativa, feira do produtor, merenda escolar, PAA e mercados no geral.	Cooperativa, feira do produtor, merenda escolar e PAA	Cooperativa, feira do produtor e PAA.	Cooperativa, merenda escolar, PAA e feira do produtor.
Principais Políticas Acessadas	Mais Alimentos, financiamento Prefeitura Municipal.	ATER, PRONAF Mais Alimentos, Pró-Irrigação RS.	ATER, PRONAF Mais Alimentos.	ATER, PRONAF Mais Alimentos, projeto Território Fronteira Noroeste/MAPA	Pronaf Mais Alimentos, ATER, financiamento irrigação.	RS RURAL/2001, PRONAF Mulher.	Mudas Embrapa, financiamento Prefeitura Municipal.
Certificação	ECOCERT.	Ainda não possui.	Ainda não possui.	Ainda não possui.	Ainda não possui	Ainda não possui.	Ainda não possui.

Quadro 3. Características dos Agricultores Familiares do Núcleo Missões. Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Como pode ser observado acima, a maioria dos entrevistados possui sua produção diversificada, destinada para subsistência da família e também para abastecer as feiras locais e mercados institucionais, comercializando diversos alimentos conforme sua safra e garantindo a renda o ano todo.

A região Fronteira Noroeste e Missões na qual os agricultores familiares entrevistados fazem parte possui a característica de ser grande produtora de grãos, principalmente soja, milho e trigo. Para muitos o carro chefe da unidade de produção agrícola sempre foi ou deveria ser os grãos, muitos produziam também o fumo, os incentivos e investimentos sempre seguiram nesta lógica.

A produção de hortifrutigranjeiros está presente em grande parte das propriedades da agricultura familiar, pois seu principal destino sempre foi o consumo da família. Com a demanda aumentando nos centros das cidades, o olhar para a produção na horta e pomar ganhou destaque. Inicialmente nestes locais não se aplicava o agrotóxico, por não existir a venda e ser essencialmente de subsistência. Existiu a crença de que os alimentos para a subsistência não necessitavam receber venenos e os que são comercializados poderiam receber.

Com a criação de feiras do produtor, das compras institucionais, principalmente PNAE e PAA, ambos os programas impulsionaram as mudanças e investimento dos agricultores locais. Com a demanda aumentando surgem problemas de manejo, pois carece de uma maior produtividade, entregas regulares e periódicas, e com isso muitos agricultores começam a fazer uso dos agrotóxicos no pomar e horta.

A Rede Ecovida Núcleo Missões, influenciou no sentido de orientar tecnicamente os agricultores que necessitavam de informações sobre esta nova lógica do mercado local e regional. Muitos continuam seguindo a linha de produzir sem agrotóxicos, mas atualmente o Núcleo não consegue acompanhar todos os agricultores agroecológicos, com assistência técnica, uma parcela recebe acompanhamento por projetos, coordenados pela AREDE, e outra parcela através da Emater/Ascar, que possui limitações.

Quanto aos estágios diferenciados em que os agricultores se encontram dentro do Núcleo Missões, existem produtores orgânicos que já certificam através de auditorias externas. Foi entrevistado o produtor A, do município de Giruá, que produz de forma orgânica trigo, soja e aveia.

5.1 Agricultor Orgânico Certificado por Auditoria

Como muitos dos agricultores familiares que manteve a produção de grãos como principal atividade, mas optou em realizar a transição para o orgânico. Segundo o entrevistado A, a mudança ocorreu devido a uma grave doença que atingiu um dos membros da família, e segundo o diagnóstico médico, o principal causador foi o agrotóxico. Após o evento ocorrido, buscaram ajuda na UNICOOPER, para realizar a transição orgânica de sua lavoura, que auxiliou no processo desde seu início.

Atualmente produzem trigo, soja e aveia orgânicos certificados pela ECOCERT Brasil, recebendo 35% a mais pela soja e 30% pelo trigo e aveia. Conforme relatou o entrevistado A: “(...) tenho que andar com os recibos no bolso quando vou para cidade, senão não acreditam que recebo mais”.

Os grãos são certificados, mas os demais produtos do pomar e horta não recebem certificação mesmo sendo agroecológicos, para o entrevistado A, o mercado é garantido, o produto é muito valorizado pelas pessoas da comunidade que conhecem a propriedade rural e chegam a visitá-la em busca dos alimentos, chegando a faltar produtos para serem comercializados na cidade indicando a possibilidade de desburocratização dos processos de certificação orgânica, bem como as potencialidades desses mercados de proximidade estabelecidos na base da confiança. Nesse sentido, é relevante destacar que essa forma de Controle Social por venda direta já é legitimada pelo governo por meio do Cadastro Nacional de Produtos Orgânicos (conf. pag.22 desse documento).

Conforme seu relato, um grande problema afligiu a safra no início deste ano, onde tiveram a produção dos grãos prejudicada, em função do forte agrotóxico aplicado nas propriedades vizinhas. O entrevistado A relatou “não sei o que eles passaram, mas nossa soja nem vingou...”. Isso acaba desestimulando a todos da família, que estão repensando em prosseguir com a atividade.

Uma das limitações encontradas pelo produtor orgânico A é de que não existe uma fiscalização permanente nas propriedades que utilizam o agrotóxico. Alguns utilizam produtos ilegais, contrabandeados os países vizinhos, ou até mesmo utilizam os legais de maneira incorreta.

Uma alternativa que a propriedade rural poderia investir seria na implantação de barreiras vegetais, de acordo com Faria (2007), a finalidade da barreira é múltipla, pois funciona não apenas como contenção, mas também como elemento integrante da diversificação de espécies que abrigam

inimigos naturais de pragas das lavouras orgânicas, quebra-ventos e contribuem para a manutenção de um micro clima etc.

5.2 Os Agricultores Aptos à Certificação Participativa

O entrevistado B, do município de Santa Rosa, encontra-se apto a participar da certificação participativa, já realizou o processo de transição agroecológica. De acordo com a Ecovida (2004),

“para que o produto receba a denominação de ecológico este deverá ser proveniente de um sistema de cultivo no qual tenham sido aplicadas as Normas de Produção Ecológica, por um período de 18 meses. Este poderá ser ampliado ou reduzido pela Rede Ecovida em função do uso anterior e da situação ecológica da unidade de produção, desde que julgada a conveniência (ECOVIDA, 2004, p. 18).

Conforme afirmou o entrevistado B, “(...) como vou oferecer uma alface envenenada para as crianças da cidade?”, demonstrando sua preocupação com a saúde dos consumidores. Diferentes dos outros entrevistados, o mesmo possuía outra atividade antes de vir morar no meio rural, adquiriu a propriedade rural logo após se aposentar como mecânico.

A transição agroecológica iniciou logo após a compra da propriedade, no ano de 2005, mas faz apenas 4 anos que reside com a família no local. Desde o início a família optou em produzir sem venenos, e tiveram incentivos através do Núcleo Missões. O entrevistado B, contou que os vizinhos que utilizam venenos em suas propriedades vêm até ele para comprar as verduras agroecológicas.

Outros produtores agroecológicos aptos a iniciar o processo de certificação participativa são do município de Porto Vera Cruz, onde existem incentivos para a diversificação da fruticultura de maneira ecológica que é organizado através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Emater/Ascar, Terceira Idade e COOPOVEC que realizam a Festa das Frutas.

O entrevistado E de Porto Vera Cruz relatou que o Núcleo Missões influenciou totalmente na sua produção, foi convidado para participar de um dos encontros da AREDE, e partir de então iniciou as mudanças, “(...) as fases de passar veneno, ficava mal, a qualidade de vida melhorou totalmente, o cheiro da propriedade melhorou”.

No início, conforme seu relato começou a incentivar os outros produtores a largar a utilização de agrotóxicos, mas parou porque as pessoas começaram a dizer que estava ficando inconveniente. Conforme disse, “não vou enriquecer estrangeiros com veneno”.

As feiras do produtor são locais de trocas, onde acontecem muito mais do que simplesmente transações comerciais, é conhecimento, compartilhamento e amizade. O entrevistado F, foi um dos fundadores da feira do produtor em Porto Vera Cruz, em 29 de abril de 1998. Desde seus 15 anos de existência, a feira do produtor já passou por várias dificuldades, conforme seu relato, há 13 anos várias pessoas do município se intoxicaram com morangos, devido aos excessos de venenos aplicados de maneira incorreta o que causou a internação de várias pessoas por contaminação. Na época os vilões passaram a ser os agricultores, mas com o tempo a credibilidade da feira e qualidade dos produtos ecológicos modificou.

Conforme relatou o entrevistado F, o Núcleo Missões influenciou na substituição do fumo por parreirais de uva, os articuladores auxiliaram na elaboração do projeto no ano de 2001, que através do Programa RS Rural, conquistaram a fundo perdido recurso para construção das parreiras.

A partir de então a propriedade aderiu à produção agroecológica, que atualmente não enfrenta problemas de pragas e doenças. Mas o desafio se encontra na aparência dos alimentos, conforme relatou o entrevistado F, “(...) os consumidores compram com os olhos, não querem bichinhos nas frutas e verduras”. A alternativa encontrada foi fabricar compotas caseiras, com as frutas, e com as verduras, embala uma quantidade a mais para compensar os estragados.

Para o entrevistado E o desafio é constituir no município um grupo interessado em realizar a certificação participativa as discussões são através das reuniões da COOPOVEC, mas segundo ele, quando é perguntado nas assembléias quem gostaria de iniciar o debate dos orgânicos, de 60 pessoas somente 3 levantam as mãos.

5.3 Os Agricultores em Transição Agroecológica

Para muitos agricultores familiares as mudanças devem acontecer em partes, como é o caso do entrevistado D do município de Tuparendi. Atualmente produz hortaliças hidropônicas em estufas e iniciará o cultivo de morangos orgânicos, no qual buscará a certificação. O incentivo para produzir de maneira orgânica partiu de projeto em parceira com o Território Rural Fronteira Noroeste⁵ e MAPA, que disponibilizará as mudas orgânicas e assistência técnica.

⁵ Os Territórios Rurais se caracterizam por conjunto de municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental, possuem identidade e coesão social e cultural. São organizados de forma colegiada e vem trabalhando num Plano de

Para o entrevistado D o grande problema é não existir no mercado local e regional mudas, adubos e assistência técnica direcionados para os orgânicos, (...) “acabo comprando o que é oferecido, eles vem vender na minha propriedade”, referindo-se as grandes empresas que comercializam os pacotes (sementes transgênicas e agrotóxicos). Com o incentivo do projeto de morangos orgânicos, busca conquistar novos mercados e no futuro converter os outros sistemas de cultivo para o agroecológico.

A aceitabilidade do produto agroecológico, pela qualidade é visualizada nas feiras do produtor, conforme afirmou o entrevistado C do município de Santa Rosa, “(...) nossa feira vem aumentando a cada ano, os consumidores já conhecem os nossos produtos”. Atualmente não produz de forma 100% agroecológica, eventualmente aplica pesticidas no pomar e realiza tratamento com antibióticos nos bovinos. Para ele o grande desafio é sair da proposta ideológica e partir para o concreto, referindo-se a certificação participativa. Segundo o entrevistado C, quando iniciar a certificação participativa, o mesmo não aplicará mais os insumos convencionais.

A certificação participativa conforme analisado é para muitos dos agricultores familiares, aguardada na intenção de produzir 100% agroecológico. Para o entrevistado G do município de Porto Vera Cruz, com a certificação participativa iriam trabalhar com mais interesse, “caprichar” na produção, pois o mercado dos orgânicos é garantido.

Percebe-se a crença por parte dos entrevistados que quando iniciar o processo de certificação participativa, os mesmos terão a certeza que é possível desenvolver tal metodologia e assim, “vendo para crer”, deixaram de utilizar, por ora eventuais insumos convencionais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura ecológica é um importante modo de produção sustentável de alimentos que mantém a fertilidade, a saúde das plantas e do solo. Nas atuais condições de mercado, para que esta produção ecológica receba a credibilidade por parte dos consumidores garantindo a qualidade dos produtos se tornou fundamental processos legitimados de certificação, que pode ser realizada por meio de auditorias externas ou através de certificação participativa. Este último método permite realizar a certificação de modo solidário articulando o produtor ao consumidor.

Por meio deste estudo foi analisado o processo de construção da certificação participativa no Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia e os motivos pelos quais esta certificação ainda não está implementada. Foram realizadas entrevistas com articuladores e agricultores familiares. Constatou-se que os agricultores familiares deste Núcleo estão em diferentes fases da certificação, alguns já a estão realizando por meio de auditorias externas, outros ainda estão em processo de transição agroecológica e já existe um grupo apto a iniciar o processo de certificação participativa.

Como principais resultados alcançados deste trabalho, evidenciam-se: a desarticulação do Núcleo Missões com a organização Ecovida, pois fazem parte da rede mas não se sentem parte da rede; a percepção por parte dos agricultores que os cultivos com agrotóxicos são mais lucrativos; a falta de assistência técnica permanente e continuada em agricultura agroecológica e a necessidade da ação local para formalizar um grupo que inicie o processo de certificação participativa.

Identificou-se a necessidade de reorganização coletiva do Núcleo, prazos e metas precisam ser traçados e cumpridos e é necessário definir qual o papel de cada integrante nesse processo. O amadurecimento do Núcleo deverá iniciar de dentro da “teia” para fora. Após uma organização interna do Núcleo, a entidade de apoio AREDE em conjunto com as demais entidades que a compõem, deverão avaliar se é preciso buscar formas de captação de recursos para auxiliar no processo. Pois, como constatado, as ações do Núcleo sempre foram motivadas por vias institucionais, seja por projetos governamentais, ou não governamentais.

Por ora, o sonho de desenvolver a metodologia participativa precisa ser encarado como um compromisso de todos os integrantes do Núcleo, e não despejando as esperanças em uma pessoa ou entidade como se percebeu durante algumas entrevistas. Existe atualmente um modelo/metodologia sugerido para o processo de certificação, no entanto, cada local/núcleo possui particularidades,

características distintas que precisam ser tomadas em consideração ao organizar-se a metodologia de certificação para cada caso.

Pode-se destacar o caso do produtor orgânico certificado que realiza venda direta dos produtos do pomar e horta, que não são certificados, mas que em sua comunidade, são reconhecidos por sua qualidade. Em municípios pequenos e comunidades rurais a confiabilidade é existente, pois as pessoas que ali vivem conhecem-se uma as outras e sabem de que forma é produzido o alimento. A qualidade do produto referida parte de seu manejo sem agrotóxicos.

O grau de amadurecimento dos participantes também é importante neste processo para evitar a imposição de fórmulas, encontrando um caminho próprio para a construção de uma certificação participativa adequada às Regiões Noroeste e Missões. Permitindo que os integrantes acreditem nos benefícios de produzir de maneira agroecológica sem prejuízos financeiros e conquistando novos adeptos tanto na produção como no consumo local e regional.

Por fim, pode-se dizer que o Núcleo Missões vem desenvolvendo um papel muito importante na região Fronteira Noroeste e Missões, acarretando mudanças de hábitos, incentivando práticas mais ecológicas e reunindo parceiros e entidades que dão sustentação para a construção de um desenvolvimento rural mais sustentável. Além disso, evidenciou-se que a agroecologia permite que os agricultores mantenham rendimentos aceitáveis com a adição de trinta por cento nos preços dos alimentos ao contrário do que pensa parte dos agricultores ainda adeptos dos métodos convencionais de produção agrícola.

O Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia, foi criado a partir da necessidade de agricultores agroecológicos agregarem-se a outras organizações que lutam contra a degradação ambiental, social e econômica ocasionadas pelas monoculturas implantadas durante a Revolução Verde. O Núcleo é um espaço muito rico de práticas, experiências, conhecimentos, atores sociais e entidades que possui um papel fundamental no desenvolvimento de uma alternativa à produção agrícola convencional.

É relevante destacar que a entrada de vários agricultores agroecológicos no Núcleo Missões, partiu da necessidade de buscar melhor qualidade de vida e saúde. O que afeta diretamente a permanência desses agricultores e a entrada de novos adeptos à produção ecológica. Os encontros do Núcleo são fundamentais para que haja a sensibilização dos malefícios causados pelos

monocultivos/agrotóxicos, os relatos de experiências ajudam a divulgar o trabalho realizado pela Rede Ecovida e são mecanismos muito utilizados nos processos de transição agroecológica.

A partir dos resultados deste trabalho, abrem-se possibilidades de ampliação da pesquisa, como, por exemplo, um estudo da organicidade do Núcleo Missões, mapeamento de entidades, de agricultores certificados e em transição agroecológica, que não foram identificados e acompanhar o processo de construção da metodologia participativa.

Foi possível ilustrar o Núcleo Missões, mas existe uma gama de atores sociais e povos tradicionais que fazem parte da Região Missões e que podem integrar-se ao Núcleo. A adesão de povos quilombolas e indígenas ao Núcleo Missões da Rede Ecovida, diversificará o saber popular, as formas de manejo e a utilização de sementes crioulas. Os mecanismos necessários à inclusão destes grupos podem ser motivadores de uma pesquisa mais ampla e aprofundada sobre a agroecologia como ferramenta de inclusão social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. **Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente?** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6, p. 29-40, jul./dez. 2002. Editora UFPR

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável.** Conferência Internacional sobre Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, 1995.

ALTIERI, A. A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Revista Nera Ano 13, Número 16 - Janeiro/Junho de 2010 - ISSN 1806-6755.

ALTIERI, M. **Agroecologia A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

ASSAD, M. L. L; ALMEIDA, J. **Agricultura e Sustentabilidade Contexto, Desafios e Cenários.** *Ciência & Ambiente*, n. 29, 2004. p.15-30.

BARBAN, V. **Rede Ecovida de Agroecologia in Novos Paradigmos de Produção e Consumo.** São Paulo: Instituto Pólis, 2010, 221 p.

BERNARDI. C. M. **Agricultura Familiar e organizações cooperativas: a luta social das agricultoras familiares camponesas.** Dissertação de mestrado em Educação nas Ciências. Unijuí. Ijuí, 2011.

_____**Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2012.**

CADERNO de formação: certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

CADERNO de Formação 01: Rede Ecovida de Agroecologia, Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2007.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília, 2009.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e sustentabilidade. Base conceptual para uma nova Extensão Rural**. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY. 2001. p. 114-123.

CAPORAL, F. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: 2009.

CAPORAL, F. COSTABEBER, J. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F. COSTABEBER, J. **Agroecologia. Enfoque científico e estratégico**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh. 2002.

CAPORAL, F. COSTABEBER, J. **Agroecologia e Sustentabilidade. Base conceptual para uma nova Extensão Rural**. X World Congress of Rural Sociology. Rio de Janeiro, 2000.

CAMPOHOLA, C. VALARINI, P. **A Agricultura Orgânica e seu Potencial para o pequeno agricultor**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.18, n.3, p.69-101, set./dez. 2001

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CESAR, A. S; BATALHA, M. O; PIMENTA, M. L. **A certificação orgânica como fator estratégico na governança das transações no mercado de alimentos**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v.10, n.3, p. 376-386, 2008

CONTI, I. **Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

DAL SOGLIO, F. **Como Avançar a Agricultura Ecológica para Além da Substituição de Insumos.** Anais do 1º Congresso Brasileiro De Agroecologia. Pelotas, 2004, 181 p.

DEVES, O. D; RAMBO, A. G; FILIPPI, E. E. **A dinâmica das políticas públicas e das organizações locais em processos de desenvolvimento rural: o caso do programa de aquisição de alimentos no município de São Pedro do Butiá.** Anais do 48º Congresso Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural. Campo Grande/MG, 2019

FARIA, A. N. **Agricultura Orgânica.** Dossiê Técnico. Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília - CDT/UnB, 2007.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1893, 45p.

GAZOLLA, M. SCHEIDER, S. **A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares.** Estud.soc.agric, Rio de Janeiro, vol. 15, no. 1, 2007: 89-122.

GERHARDT, Tatiana E; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de Pesquisa.** Série Educação à Distância. Editora UFRGS. Porto Alegre, 2009.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia Processos Ecológicos en Agricultura Sostenible.** Turriabla: Catie, 2002.

GUZMÁN, E. S. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia.** Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.,Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural Conceitos e Aplicações ao caso brasileiro.** Editora UFRGS. Porto Alegre, 2008.

LAGEMANN, R. **Proposta de práticas alternativas para a melhoria da sustentabilidade em uma propriedade localizada no município de Três Passos/RS**. UFRGS/PLAGEDER. Três Passos, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/38314>>. Acesso em: dezembro/2012.

MAGNANTI, N. J. **Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia**. *Agriculturas* - v. 5 - no 2 – junho, 2008.

MALUF, R. MENEZES, F. **Caderno Segurança Alimentar**. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/17426/Maluf_Menezes_2000_por_1_.pdf>. Acesso em: dezembro/2012.

MARCOS, Valeria de. **Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro**. *Agrária*, São Paulo, n. 7, p. 182-210, 2007.

MEDAETS, Jean Pierre; MEDEIROS, Joseimar Xavier. **A ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 42., 2004, Cuiabá (MS). *Anais...* 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: junh/2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MDA. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em: junh/2013.

MORESI, E. (Organizador). **Metodologia de Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília, 2003.

MULS, L. **Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O conceito de capital social e a importância da formação de redes entre os organismos e instituições locais.** Brasília. V.9, n.1, p.1-21, jan/abr, 2008.

PETER, DEMAICON SCHMIDT. **Agroecologia como pratica de organização social na agricultura familiar: o caso do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu (RS).** UFRGS/PLAGEDER. Canguçu, 2011. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/38160>>. Acesso em: dezembro/2012.

RAMBO, A. G; FILIPPI, E. E; LIMA, S. K. **Desenvolvimento Territorial: programa nacional de produção e uso do biodiesel x projeto microdestilarias.** Anais do XLVI Congresso Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural.Rio Branco/Acre, 2008.

RADOMSKY, G. **Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação.** Revista IDEAS, v. 3, n. 1, p. 133-164, jan./jun. 2009.

RADOMSKY, G. **Certificação Participativa e Regimes de Propriedade Intelectual.** Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

RODRIGUES, M. C. **Agroecologia como ferramenta para o desenvolvimento rural.** UFRGS/PLAGEDER. Itaqui, 2011. Disponível: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54600>>. Acesso em: dezembro/2012.

ROVER, O, J. **Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia.** Ciências Sociais Unisinos, janeiro/abril 2011. Doi: 10.4013/csu.2011.47.1.06.

SANTOS, L. C. R. **Formação e Consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e a sua Experiência de Certificação Participativa.** Documento Rede Ecovida, 2001.

SANTOS, L. C. R. **Relatório Final do Projeto N° 52.084/01-6 Certificação Participativa em Rede: um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica no sul do Brasil.** CEPAGRO, 2005.

SANTOS, F. **Perspectiva Para Soberania Alimentar Brasileira. Livro Agricultura e Sustentabilidade.** Porto Alegre: Editora, UFRGS, 2009.

SAUER, S. BALESTRO, M. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. Ed. Expressão Popular.** São Paulo, 2009.

SILVA, A. G; ARAUJO, J. P. **Buscando a travessia: a experiência com a agroecologia de um grupo no Assentamento Bonsucesso (Pedra Grande/RN).** Anais do 47° Congresso de Sociedade Brasileira de Economia Administração Rural. Porto Alegre/RS, 2009.

TEDESCO, J. C. **Agrobiodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: Velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós –anos 90.** Passo Fundo: Editora UPF, 2006.

ZIMMERMANN, A. A. **Experiências e ações de transição agroecológicas no município de Glorinha-RS.** UFRGS/PLAGEDER. Santo Antonio da Patrulha, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/38149>>. Acesso em: dezembro/2012.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Articuladores Da Rede Ecovida

NOME: _____

FUNÇÃO/MUNICÍPIO: _____

1- Como surgiu a Rede Ecovida núcleo missões?

2- O núcleo missões realiza encontros e atividades de formação, com que periodicidade?

3- Existem experiências de certificação participativa no núcleo missões? Se sim, quantas? Se não, por qual motivo?

4- Atualmente quais os principais desafios da Rede Ecovida núcleo missões?

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Agricultores Agroecológicos

1- Caracterização da família e propriedade rural:

Nome:	
Idade:	
Quantos são na família:	
Escolaridade:	
Município/localidade:	
Principais atividades da família:	
Área total/APP:	
Principais produtos:	
Quais os produtos certificados:	
Quantas benfeitorias:	

2- Como é organizado seu sistema de produção? Como plantam o que plantam? Qual manejo é utilizado para controlar pragas e doenças?

3- Para quem são comercializados os produtos e quais são os produtos? Qual a quantidade e periodicidade? Quanto ao preço?

4- Como a Rede Ecovida influenciou sua produção agroecológica? Como você atua na rede?

5- A propriedade já estava em transição agroecológica antes da rede? Como acontece o processo de certificação participativa?

6- Principais políticas públicas acessadas? Essas possuem relação com a Rede Ecovida?

7- O que muda na propriedade após a certificação participativa? Para você quais os principais desafios da Rede Ecovida?

APENDICÊ C - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO**Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS****NOME:** _____**RG/CPF:** _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “**A REDE ECOVIDA E O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO COMO POSSIBILIDADES AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO NÚCLEO MISSÕES/RS**” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “A Rede Ecovida e o Processo de Certificação como Possibilidades ao Desenvolvimento Rural Sustentável no Núcleo Missões/RS” – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo: (a) contextualizar o papel da Rede Ecovida no Núcleo Missões; (b) verificar a certificação participativa e como ocorre o processo; e (c) identificar os fatores que limitam a implantação da certificação participativa e sugerir caminhos para a sua construção.

A minha participação consiste na recepção do aluno “Tamara Raísa Bubanz Silva” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação (e a da propriedade/agroindústria/cooperativa/outra para a publicação no TCC.)

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____**Santa Rosa , ____/____/2013**